



*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



Ofício nº 310

Lapa, 11 de Agosto de 1999

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR.

Senhor Presidente:

PROTOCOLO n.º 695/99

DATA 12 / 08 / 99

14:56 Hs

Encaminho a Vossa Excelência para apreciação o Projeto de Lei nº 14/99, que dá nova redação aos artigos que menciona, da Lei nº 1306 de 23 de Novembro de 1995 e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

Miguel Batista  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
VILMAR CZARNESKI FÁVARO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta



*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



PROJETO DE LEI Nº 14, DE 11 DE AGOSTO DE 1999

**Súmula** : Dá nova redação aos artigos que menciona, da Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8069, de 13.07.90, Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 8242, de 12.10.91 e a Lei Municipal nº 1164, de 30.11.92, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - A Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 6º** - .....

II – Cinco membros representando a comunidade, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, legal e regularmente constituídas:

- a) Provopar Municipal;
- b) Associação de Pais e Mestres – APM;
- c) Associação de Apoio e Desenvolvimento ao CAIC da Lapa – ADECAL;
- d) Igreja Evangélica Luterana da Lapa;
- e) Associação Menonita de Assistência Social – AMAS. (NR)

**Art. 7º** - .....

**Parágrafo Único** - .....

c) Ausência injustificada, por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas por um período de 1 (um) ano. (NR)



*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



PROJETO DE LEI Nº 14/99

...02

Art. 18 – As sessões serão instaladas com a totalidade dos conselheiros, todas as semanas, às sextas-feiras, às 8:00 hs, na Sala dos Conselhos, anexa à Secretaria de Promoção Social, com registro em Ata. (NR)

Art. 20 – O funcionamento do Conselho Tutelar será em dias úteis, concomitantemente ao horário das repartições públicas municipais (8:00 às 11:30 e 13:00 às 17:00hs), sem prejuízo da manutenção dos plantões noturnos das 17:00 às 8:00hs do dia subsequente. (NR)

Parágrafo Único – Nos fins de semana e feriados será realizado plantão no horário das 00:00 às 24:00hs. (NR)

Art. 24 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá destituir do mandato o membro do Conselho Tutelar que:

- I. Faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no período de um ano;
- II. Apresentar conduta incompatível às suas funções;
- III. For condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal. (NR)

Art. 2º - Estas alterações entram em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 11 de Agosto de 1999

  
Miguel Batista  
Prefeito Municipal





*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



---

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 14, DE 11 DE AGOSTO DE 1999

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei, que ora submeto a apreciação dessa Casa de Leis propõe a alteração de alguns dispositivos da Lei nº 1306/95 em virtude do exercício de sua aplicação, no tempo decorrido desde sua publicação, que apontou para a necessidade das alterações ora propostas, a fim de atualizar, agilizar, dando maior responsabilidade ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para obtenção otimizada da finalidade a que se propõe.

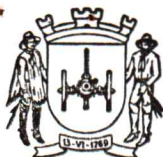
A participação de entidades mais afeitas ao trato do menor e do adolescente, certamente, com sua experiências, muito somarão no resultado das ações preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, sabedor do alto espírito público que norteia as decisões dessa Colenda Casa, espero a aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 11 de Agosto de 1999

  
Miguel Batista  
Prefeito Municipal





*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L.S. Nº 05  
C

**ANTE-PROJETO DE LEI Nº 14/99**

Autor: Executivo Municipal

Sumula. Dá nova redação aos artigos que menciona,  
da Lei nº 1306, de 23 de novembro de 1995  
e dá outras providências.

Projeto apresentado em Expediente do Dia 17 / 08 / 99.

*Encaminho o projeto à Comissão de:*

- ☒ **Legislação, Justiça e Redação, em 17 / 08 / 99.**
- ☐ Economia, Finanças e Fiscalização, em X / X / X.
- ☐ Saúde, Educ., Cult., Esp., B.E. Social e Ecol., em X / X / X.
- ☐ Urbanismo e Obras Públicas, em X / X / X.
- ☐ Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em X / X / X.

  
**VILMAR CZARNESKI FÁVARO**  
Presidente da Câmara Municipal


Recebi o projeto em 17 / 08 / 99.

  
**BENEDITO ROBERTO PINTO**

Presidente da Comissão de  
Legislação, Justiça e Redação

**DESIGNAÇÃO DO RELATOR**

Fica designado para relatar a  
matéria em epígrafe o Vereador

  
Lapa, 17 / 08 / 99

  
PRESIDENTE



*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L.S. Nº 06  
C

**EMENDA MODIFICATIVA**

**ANTE-PROJETO DE LEI Nº 14/99**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 1306 de 23 de novembro de 1995 e dá outras providências.

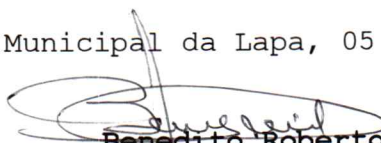
Modifica o inciso II do artigo 6º do projeto apresentado, que passa ter a seguinte redação:

Art. 6º -

II - cinco membros representando a comunidade, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, legal e regularmente constituídas:

- a) Pastoral da Criança da Paróquia de Santo Antonio da Lapa;
- b) Ass. De Pais e Mestres, escolhida em comum acordo entre elas;
- c) Associação de Apoio e Desenvolvimento ao CAIC da Lapa - ADECAL;
- d) Igreja Evangélica Luterana da Lapa;
- e) Associação Menonita de Assistência Social - AMAS.

Câmara Municipal da Lapa, 05 de outubro de 1999

  
**Benedito Roberto Pinto**  
Vereador do PT

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**LAPA - PR.**

**PROTOCOLO** n.º 888/99

**DATA** 05 / 10 / 99

19103 C

*Retornado pelo autor*  
*em 18/10/99*



*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L.S. Nº 07  
C

**EMENDA MODIFICATIVA**

**ANTE-PROJETO DE LEI Nº 14/99**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 1306 de 23 de novembro de 1995 e dá outras providências.


Modifica o artigo 18º do projeto apresentado, que passa ter a seguinte redação:

Art. 18 - As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros, semanalmente, em dia e horário a serem definidos, em comum acordo, pelos conselheiros, na Sala dos Conselhos, anexa a Secretaria de Promoção Social, com registro em ata.

§ 1º - Após a definição do dia da semana e do horário das reuniões do Conselho, haverá ampla divulgação desta decisão, através do Boletim Oficial do Município e pela imprensa local.

§ 2º - Nos casos em que o dia da reunião coincidir com feriados municipais, estaduais e nacionais, será ela, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil posterior.

Câmara Municipal da Lapa, 05 de outubro de 1999

  
Benedito Roberto Pinto  
Vereador do PT

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**LAPA - PR.**

**PROTÓCOLO** n.º 889/99

**DATA** 05 / 10 / 99

19:04 C

1º: Votação - Aprov. 8x3  
2º: Votação - Aprov. 9x1





*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L.S. Nº 08  
C

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei: 14/99

Súmula: Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei 1306, de 23 de novembro de 1995, e dá outras providências.

**P A R E C E R**

Nada temos a nos opor ao presente projeto e as emendas apresentadas pelo Ver. Benedito Roberto Pinto, cabendo a decisão de seu mérito ao plenário desta Casa de Leis.

Lapa, Terça-feira, 5 de Outubro de 1999

  
MARCO BORTOLETTO

**RELATOR**



Câmara Municipal de Lapa  
Estado do Paraná

VOTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO

COMISSÃO DE :

VOTO

Ver.:

com o relator

*[Signature]*

Ver.:

com o Relator  
Maurício J. da F.



LEI Nº 1306, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1995

Súmula: Institui a Política Municipal de atendimento à Criança e ao Adolescente, Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o respectivo Fundo Municipal e dá outras providências.

O Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO, a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente; Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base na Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), alterada pela Lei nº 8242 de 12 de outubro de 1991 e na Lei Municipal nº 1164 de 30 de novembro de 1992, estabelecendo as normas gerais para sua aplicação.

Art. 2º - O atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Município da Lapa far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico-mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais que visem:

a) a preservação e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

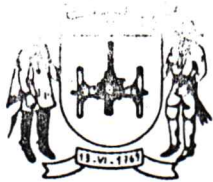
b) identificação e localização de pais e responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) proteção jurídico-social, por meio de entidades de defesa.

*[Handwritten signature]*

...





ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

Progresso unido à história.

-02-

Nº 585

Lei nº 1306, de 23.11.95

...02

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através das seguintes estruturas:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

#### Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 4º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão Normativo, Consultivo, Deliberativo, Controlador e Fiscalizador das Ações em todos os níveis.

#### SEÇÃO II

#### Da Competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

...



Lei nº 1306, de 23.11.95

...03

II - Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implantação de programas e serviços especiais, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcios intermunicipais regionalizados de atendimento;

IV - Elaborar seu Regimento Interno;

V - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de Conselheiro, ao término do mandato;

VI - Nomear e dar posse aos membros do Conselho;

VII - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - Propor estudos objetivando implementar mudanças que se façam necessárias na Estrutura Administrativa do Poder Executivo visando a melhoria do desempenho na área de atuação dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Opinar sobre o Orçamento Municipal destinado à Assistência Social, bem como, ao funcionamento do Conselho Tutelar, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política formulada;

X - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a criança e o adolescente;

XI - Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais, na forma do disposto nos artigos 90 e 91 da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei nº 8242/91;

XII - Fixar critérios de utilização através de planos de aplicação das doações subsidiárias e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XIII - Fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função e às peculiaridades locais, ressaltando:

...





Lei nº 1306, de 23.11.95

...04

a) a remuneração eventualmente fixada não gera relação de emprego com a municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder à pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior;

b) sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado, no caso de remuneração, optar pelos vencimentos;

c) os recursos necessários à eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar, bem como, da estrutura de funcionamento, terão origem nas dotações do orçamento do Município, sendo vetada a utilização de recursos do Fundo.

XIV - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como, adotar medidas cabíveis para eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar, na forma estabelecida no artigo 139 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

### SEÇÃO III

#### Da Estrutura Básica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

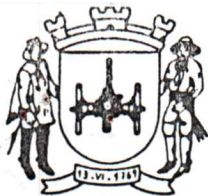
Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será formado por 10 (dez) membros, sendo, paritariamente, composto por:

I - Cinco membros representando o Município, indicados pelos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Promoção Social;
- b) Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
- c) Secretaria de Finanças;
- d) Secretaria de Administração;
- e) Secretaria de Saúde.

...





II - Cinco membros representando a comunidade, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, legal e regularmente constituídas:

- a) Provopar Municipal;
- b) Associações de Pais e Mestres;
- c) Associação Menonita de Assistência Social;
- d) Lions Club da Lapa;
- e) Câmara Júnior da Lapa.

Parágrafo 1º - A Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida pelo Secretário Municipal de Promoção Social, conforme dispõe o artigo 10 da Lei nº 1164, de 30.11.92;

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou vacância do cargo de Secretário Municipal de Promoção Social, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente será presidido pelo seu substituto legal, naquela Secretaria, que será nomeado pelo Prefeito;

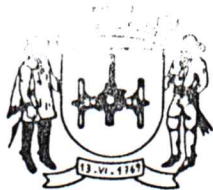
Parágrafo 3º - O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por força do disposto no artigo 10 da Lei nº 1164 de 30.11.92, terá 2 (dois) votos nas assembleias que se realizarem: 1 (hum) voto como membro e 1 (hum) voto como presidente, nos casos que se constatar empate nas votações;

Parágrafo 4º - A escolha do membro que se refere a letra "b" do item II, deste artigo, será feita através de eleição entre os Presidentes das Associações de Pais e Mestres do Município;

Parágrafo 5º - No caso de ocorrer vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitadas as disposições do parágrafo 2º, deste artigo, os suplentes indicados completarão o mandato do substituído;

Art. 7º - O mandato dos Conselheiros e Suplentes será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

...



Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será considerado vago nas seguintes condições:

- a) Morte do titular;
- b) Renúncia;
- c) Ausência, injustificada, por mais de 3 (três) reuniões consecutivas;
- d) Doença que exija o licenciamento;
- e) Procedimentos incompatíveis com a dignidade das funções;
- f) Condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- g) Mudança de residência do município.

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á na forma e periodicidade estabelecida no seu Regimento Interno.

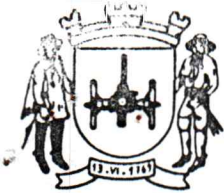
Art. 9º - O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente será dirigido por uma Diretoria composta por: um Presidente respeitadas as disposições do parágrafo primeiro do artigo sexto desta Lei; um Vice-Presidente; um Secretário e um Tesoureiro, estes três últimos eleitos entre seus membros.

Parágrafo Único - O Secretário eleito para a Diretoria de que trata este artigo, será assistido por um Secretário Executivo escolhido entre os Servidores Municipais, sem poder de deliberação, nem direito a voto, visando, exclusivamente, a execução dos trabalhos administrativos da Diretoria;

Art. 10 - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de relevante interesse público, portanto não será remunerada.

...





Lei nº 1306, de 23.11.95

...07

Art. 11 - Fica a cargo do Município, através de sua Prefeitura providenciar as condições materiais e os recursos necessários para o funcionamento do Conselho.

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

##### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art. 12 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros, com mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição, conforme dispõe o artigo 132 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

Art. 13 - O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público conforme o disposto no artigo 139 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

##### SEÇÃO II

##### Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Art. 14 - Somente poderão candidatar-se as pessoas que preencherem os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residir no município a mais de 2(dois) anos;
- IV - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

...





Lei nº 1306, de 23.11.95

...08

V - Possuir escolaridade de 2º Grau;

VI - Reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

### SEÇÃO III

#### Dos Impedimentos

Art. 15 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher; ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

### SEÇÃO IV

#### Das Atribuições e Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 16 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes dos artigos 95 a 136 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

Art. 17 - O Presidente do Conselho Tutelar será escolhido pelos seus pares, na primeira sessão, cabendo-lhe a presidência das sessões.

Parágrafo Único - Na falta ou impedimento do Presidente assumirá a presidência, sucessivamente, o conselheiro mais antigo ou o mais idoso.

Art. 18 - As sessões serão instaladas com o mínimo de três Conselheiros.

Art. 19 - O Conselho atenderá, informalmente, as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.





ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

Progresso unido à história.

-09-

Nº 585

Lei nº 1306, de 23.11.95

...09

Parágrafo Único - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 20 - As sessões serão realizadas em dias úteis, no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

Parágrafo Único - Nos fins de semana e feriados será realizado plantão no horário das 8:00 às 17:00 horas.

Art. 21 - O Conselho Tutelar manterá uma Secretária Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, sem poder deliberativo, nem direito a voto, utilizando-se de instalações e funcionário cedidos pela Prefeitura.

#### SEÇÃO V

#### Da Remuneração e da Perda do Mandato no Conselho Tutelar

Art. 22 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir a fixação de remuneração ou gratificação para os membros do Conselho Tutelar, ao Prefeito, que apresentará Projeto de Lei à Câmara, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função e às peculiaridades locais.

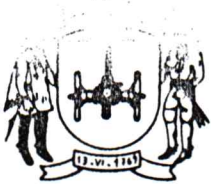
Parágrafo 1º - A remuneração ou gratificação eventualmente, fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder à pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior.

Parágrafo 2º - Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 23 - Os recursos necessários à eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar deverão constar da Lei Orcamentária Municipal.

...





ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

Progresso unido à história.

-10-

Nº 585

Lei nº 1306 de 23.11.95

...10

Art. 24 - Perderá o mandato o Conselheiro que se ausentar, injustificadamente, a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas, no mesmo mandato, ou for condenado por sentença transitada em julgado, irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES INTERMEDIARIAS

Art. 25 - No prazo máximo de quinze dias contados da data da publicação desta Lei, os órgãos e entidades mencionados no artigo sexto, seus ítems, letras e parágrafos, indicarão, por escrito, ao Prefeito, os seus representantes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Feitas as indicações e mediante convocação do Prefeito, reunir-se-á o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando elegerá a sua Diretoria.

Art. 26 - Deverá o Poder Executivo abrir crédito suplementar através de Projeto de Lei enviado à Câmara, para aprovação, a fim de proporcionar os recursos para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.

#### CAPÍTULO V

#### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

#### Da Constituição, Objetivos e Ações

Art. 27 - Fica criado e regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que será gerido e administrado na forma desta Lei.

Art. 28 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por objetivo, facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.





ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

-11-

Lei nº 1306, de 23.11.95

Nº 585

...11

Parágrafo 1º - As ações de que trata o "caput" deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente exposto a situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas, bem como, o disposto no parágrafo 2º do artigo 260 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

Parágrafo 2º - Eventualmente os recursos do FUNDO poderão ser destinados à pesquisa, estudo e capacitação de recursos humanos.

Parágrafo 3º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do FUNDO em outros tipos de programas, que não os estabelecidos no parágrafo primeiro.

Parágrafo 4º - Os recursos do FUNDO serão administrados segundo programa definido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que integrará o Orçamento do Município aprovado pelo Legislativo Municipal.

## SEÇÃO II

### Da Operacionalização do Fundo

Art. 29 - O FUNDO ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Promoção Social.

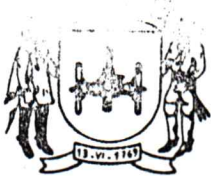
Parágrafo Único - O FUNDO ficará vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preceitua o artigo 88, inciso IV da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, disciplinando-se pelos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 30 - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relativas ao FUNDO:

I - Elaborar o Plano de Ação Municipal, bem como o de aplicação dos recursos do FUNDO, o qual será submetido pelo Prefeito a apreciação do Poder Legislativo;

II - Acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e os resultados financeiros do FUNDO;

...



ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

Progresso unido à história.

-12-

Nº 585

Lei nº 1306, de 23.11.95

...12

III - Avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do FUNDO;

IV - Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do FUNDO;

V - Mobilizar os diversos segmentos da sociedade, no planejamento, execução e controle das ações do FUNDO;

VI - Fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do FUNDO, requisitando, para tal, Auditoria do Poder Executivo, sempre que necessário;

VII - Aprovar Convênios, ajustes, acordos e/ou contratos a serem firmados com recursos do FUNDO;

VIII - Publicar no Boletim Oficial do Município e afixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referentes ao FUNDO.

Art. 31 - São atribuições do Secretário Municipal de Promoção Social:

I - Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o Plano de Aplicação dos Recursos do FUNDO, devidamente aprovado pelo Legislativo Municipal;

II - Coordenar a execução dos recursos do FUNDO, de acordo com o Plano de Aplicação previsto no item I do artigo 30 desta Lei;

III - Preparar e apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, demonstração mensal da Receita e da Despesa executada pelo FUNDO;

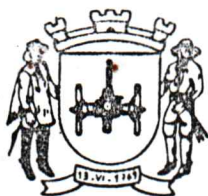
IV - Emitir e assinar ordens de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas do FUNDO;

V - Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e/ou contratos firmados pelo Município, que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Manter controles necessários à execução das receitas e despesas do FUNDO;

...





ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

-13-

Nº 585

Lei nº 1306, de 23.11.95

...13

VII - Manter, em coordenação com o setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais com carga ao FUNDO;

VIII - Encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente, demonstração da receita e da despesa;

b) trimestralmente, inventário de bens materiais;

c) anualmente, inventário dos bens móveis e balanço do FUNDO;

IX - Providenciar junto à contabilidade do Município, para que na demonstração, fique indicada a situação econômico-financeira do FUNDO;

X - Fornecer ao representante do Ministério Público demonstração de aplicação dos recursos do FUNDO, quando por ele solicitada, em conformidade com o parágrafo quarto do artigo 260 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91.

### SEÇÃO III

#### Dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

##### Art. 32 - São receitas do FUNDO:

I - Dotação consignada, anualmente, no Orçamento Municipal, e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - Doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no artigo 260 da Lei nº 8069/90, alterada pela Lei nº 8242/91;

III - Valores provenientes das multas previstas no artigo 214 da Lei nº 8069/90 e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 a 258 da referida Lei;

IV - Transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

...





Progresso unido à história

ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

-14-

Nº 585

Lei nº 1306, de 23.11.95

...14

V - Doações, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais;

VI - Produto de aplicação financeira dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais e eventos;

VII - Recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do Plano de Aplicação;

VIII - Outros recursos que porventura forem destinados.

Art. 33 - Constituem ativos do FUNDO:

I - Disponibilidade monetária, oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;

II - Direitos que porventura vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis, destinados a execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Parágrafo Único - Anualmente processar-se-á inventário dos bens e direitos vinculados ao FUNDO, que pertencerem a Prefeitura.

Art. 34 - A contabilidade do FUNDO tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio FUNDO, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 35 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.



ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

-15-

Lei nº 1306, de 23.11.95

Nº 585

...15

SEÇÃO IV

Da Execução Orçamentária  
do Fundo Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente

Art. 36 - Até 15 (quinze) dias após a promulgação da Lei do Orçamento o Secretário Municipal de Promoção Social apresentará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para análise e aprovação, o Plano de Aplicação dos Recursos do FUNDO, previsto no item I da artigo 30, desta Lei, para apoiar os programas de projetos ali contemplados.

Parágrafo Único - O Tesouro Municipal fica obrigado a liberar para o FUNDO os recursos a ele destinados no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 37 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 38 - A despesa do FUNDO, constituir-se-á de:

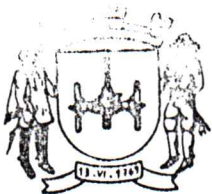
I - Do financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação.

II - Do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o item I do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Fica vedada a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para pagamento de despesas provenientes de atividades do Conselho Municipal, bem como, do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto no artigo 134 e parágrafo único da Lei nº 8069/90.

Art. 39 - A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas por esta Lei e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial.

...



L4

PREFEITURA  
Progresso

ANO XXXIV

BOLETIM OFICIAL

-16-

Lei nº 1306, de 23.11.95

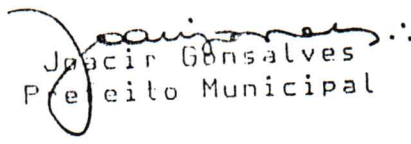
CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá vigência indeterminada.

Art. 41 - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação revogando a Lei nº 1062/90; a Lei nº 1197/93 e demais disposições em contrário que colidirem com os princípios desta Lei e da Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei nº 824/91.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 23 de novembro de 1995

  
Joacir Gonçalves  
Prefeito Municipal





**REDAÇÃO FINAL**  
**ANTE-PROJETO DE LEI Nº 014/99**

**Autor :** Executivo Municipal

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos que menciona, da Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995 e dá outras providências.

A Mesa Executiva da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, atendendo ao preconizado no Art. 142 de nosso Regimento Interno, apresenta à consideração do Plenário o seguinte:

**Art. 1º** - A Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 6º** - .....

*II – Cinco membros representando a comunidade, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, legal e regularmente constituídas:*

- a) Provopar Municipal;*
- b) Associação de Pais e Mestres – APM;*
- c) Associação de Apoio e Desenvolvimento ao CAIC da Lapa – ADECAL;*
- d) Igreja Evangélica Luterana da Lapa;*
- e) Associação Menonita de Assistência Social – AMAS. (NR)*

**Art. 7º** - .....

**Parágrafo Único** - .....

*c) Ausência injustificada, por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas por um período de 1 (um) ano. (NR)*

**Art. 18** – *As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros, semanalmente, em dia e horário a serem definidos, em comum acordo, pelos conselheiros, na Sala dos Conselhos, anexa a Secretaria de Promoção Social, com registro em ata.*

**§ 1º** – *Após a definição do dia da semana e do horário das reuniões do Conselho, haverá ampla divulgação desta decisão, através do Boletim Oficial do Município e pela imprensa local.*

**§ 2º** – *Nos casos em que o dia da reunião coincidir com feriados municipais, estaduais e nacionais, será ela, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil posterior.*



*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

**Redação Final ao ante-projeto de Lei nº 014/99**

**Fl. 02**

Art. 20 – O funcionamento do Conselho Tutelar será em dias úteis, concomitantemente ao horário das repartições públicas municipais (8:00 às 11:30 e 13:00 às 17:00hs), sem prejuízo da manutenção dos plantões noturnos das 17:00 às 8:00hs do dia subsequente. (NR)

Parágrafo Único – Nos fins de semana e feriados será realizado plantão no horário das 00:00 às 24:00hs. (NR)

Art. 24 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá destituir do mandato o membro do Conselho Tutelar que:

I. Faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no período de um ano;


II. Apresentar conduta incompatível às suas funções;

III. For condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal. (NR)

Art. 2º - Estas alterações entram em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, em 28 de Outubro de 1999

  
**MARCO ANTONIO BORTOLETTO**  
1º Secretário

  
**VILMAR CZARNESKI FÁVARO**  
Presidente

  
**WALTER JOSÉ HORNING**  
2º Secretário





*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

**PROJETO DE LEI Nº 023/99**

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos que menciona, da Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995 e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **APROVA:**

**Art. 1º** - A Lei nº 1306, de 23 de Novembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 6º** -

.....  
.....  
.....

*II – Cinco membros representando a comunidade, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, legal e regularmente constituídas:*

- a) Provopar Municipal;*
- b) Associação de Pais e Mestres – APM;*
- c) Associação de Apoio e Desenvolvimento ao CAIC da Lapa – ADECAL;*
- d) Igreja Evangélica Luterana da Lapa;*
- e) Associação Menonita de Assistência Social – AMAS. (NR)*

**Art. 7º** -

.....  
.....  
.....

**Parágrafo Único** -

.....  
.....  
.....

*c) Ausência injustificada, por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas por um período de 1 (um) ano. (NR)*

**Art. 18** – *As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros, semanalmente, em dia e horário a serem definidos, em comum acordo, pelos conselheiros, na Sala dos Conselhos, anexa a Secretaria de Promoção Social, com registro em ata.*

**§ 1º** - *Após a definição do dia da semana e do horário das reuniões do Conselho, haverá ampla divulgação desta decisão, através do Boletim Oficial do Município e pela imprensa local.*







*Câmara Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
FLS. Nº 21

**Projeto de Lei nº 023/99**

**Fl. 02**

§ 2º - Nos casos em que o dia da reunião coincidir com feriados municipais, estaduais e nacionais, será ela, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil posterior.

Art. 20 - O funcionamento do Conselho Tutelar será em dias úteis, concomitantemente ao horário das repartições públicas municipais (8:00 às 11:30 e 13:00 às 17:00hs), sem prejuízo da manutenção dos plantões noturnos das 17:00 às 8:00hs do dia subsequente. (NR)

Parágrafo Único - Nos fins de semana e feriados será realizado plantão no horário das 00:00 às 24:00hs. (NR)

Art. 24 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá destituir do mandato o membro do Conselho Tutelar que:

I. Faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas no período de um ano;

II. Apresentar conduta incompatível às suas funções;

III. For condenado por sentença transitada em julgado, por crime ou contravenção penal. (NR)

**Art. 2º** - Estas alterações entram em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, em 11 de Novembro de 1999.

*Marco A. Bortoletto*

**MARCO A. BORTOLETTO**

1º Secretário

*Vilmar C. Favaro*  
**VILMAR C. FÁVARO**  
Presidente

